

Kanastra Consultoria Ltda.

Demonstrações financeiras
acompanhadas do Relatório do Auditor
Independente

31 de dezembro de 2025

Kanastra Consultoria Ltda.

Índice

	Página
Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações financeiras	2
Demonstrações financeiras	5
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras	11

Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações financeiras

Aos:

Sócios quotistas e Administradores da
Kanastra Consultoria Ltda.
Uberlândia - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **Kanastra Consultoria Ltda.** ("Empresa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Kanastra Consultoria Ltda.** em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a pequenas e médias empresas.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Equilíbrio econômico-financeiro da Empresa

A Empresa vem apresentando consequentes prejuízos operacionais. A continuidade de suas atividades depende das diversas medidas que a Administração vem tomando para assegurar o equilíbrio econômico-financeiro de suas operações, inclusive podendo necessitar de novos aportes financeiros dos sócios, conforme mencionado na nota explicativa nº 1. As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade normal das atividades. Nossa opinião não contém ressalva em relação a esse assunto.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a pequenas e médias empresas e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeira, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela Administração da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 18 de março de 2026.



Raphael Teixeira Maciel
Contador CRC 1SP- 302.257/O-5

RSM Brasil Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-030.002/O-7

**RSM**

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de Reais - R\$)

<u>ATIVO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>31/12/25</u>	<u>31/12/24</u>
CIRCULANTE		632	319
Caixa e equivalentes de caixa	4	601	319
Serviços prestados a receber		31	-
ATIVO NÃO CIRCULANTE		26	3
Impostos a recuperar	5	26	3
TOTAL DO ATIVO		658	322

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de Reais - R\$)

<u>PASSIVO</u>	Nota	31/12/25	31/12/24
	<u>explicativa</u>		
CIRCULANTE		303	128
Fornecedores		-	1
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	6	293	125
Obrigações fiscais e tributárias		10	2
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		355	194
Capital social	7	1.810	210
Adiantamentos para futuro aumento de capital (AFAC)		-	300
Prejuízos acumulados		(1.455)	(316)
TOTAL DO PASSIVO		658	322

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de Reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/25	31/12/24
Receita Líquida	8	750	135
DESPESAS OPERACIONAIS			
Despesas com pessoal	9	(1.853)	(426)
Outras despesas administrativas		(86)	(28)
Outras despesas operacionais		-	(1)
Total das despesas operacionais		(1.939)	(455)
RESULTADO FINANCEIRO		50	4
Receitas financeiras		50	4
RESULTADO ANTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E DO IMPOSTO DE RENDA		(1.139)	(316)
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro		-	-
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		(1.139)	(316)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de Reais - R\$)

	<u>31/12/25</u>	<u>31/12/24</u>
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	1.139	(316)
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	1.139	(316)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de Reais - R\$)

	Capital Social	Capital Social a Integralizar	Adiantamentos para futuro aumento de Capital Social	Prejuízos acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	10	(10)	-	-	-
Aumento de capital social	200	10	-	-	210
Adiantamentos para futuro aumento de capital social	-	-	300	-	300
Prejuízo do exercício	-	-	-	(316)	(316)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	210	-	300	(316)	194
Adiantamentos para futuro aumento de capital social	-	-	1.300	-	1.300
Aumento de capital social	1.600	-	(1.600)	-	-
Prejuízo do exercício	-	-	-	(1.139)	(1.139)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	1.810	-	-	(1.455)	355

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de Reais - R\$)

	<u>31/12/25</u>	<u>31/12/24</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(1.139)	(316)
Contas a Receber	(30)	-
Impostos a recuperar	(23)	(3)
Fornecedores	(1)	1
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	149	125
Obrigações fiscais e tributárias	26	2
RECURSOS LÍQUIDOS PROVENIENTES DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	<u>(1.018)</u>	<u>(191)</u>
FLUXO DE CAIXA UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Adiantamento para futuro aumento de capital	1.300	510
RECURSOS LÍQUIDOS PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	1.300	510
Aumento no caixa e equivalentes	<u>282</u>	<u>319</u>
Caixa e equivalentes no início do exercício	319	-
Caixa e equivalentes no final do exercício	601	319
Caixa e equivalentes no final do exercício	<u>282</u>	<u>319</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1 Contexto Operacional

A Kanastra Consultoria Ltda. (“Sociedade”, “Empresa” ou “Consultoria”), é uma sociedade empresária limitada Única Sócia da Kanastra Consultoria Ltda., pessoa jurídica de direito privado constituída sob a forma de uma sociedade empresária por quotas de responsabilidade limitada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 52.360.854/0001-82, com seus atos constitutivos arquivados na JUCEMG sob o NIRE 31214489545, com sede na Cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais, na Avenida dos Vinhedos, nº 71, Sala 802, parte, Jardim Sul, na CEP 38.412-162.

Constituída em 06 de setembro de 2023 e por prazo indeterminado, seu objetivo social principal é de atuação em atividades de consultoria não específica, podendo compreender, mas não se limitando a: (i) análise, diagnóstico, planejamento estratégico e operacional, para a gestão do negócio prestados a empresas e a outras organizações, em matéria de planejamento, organização, reengenharia, controle orçamentário, informação, gestão etc.; (ii) treinamento, assessoria e orientação em áreas relacionadas à administração; (iii) recursos humanos; (iv) marketing, relações públicas e comunicação interna e externa; (v) consultoria em logística de localização estratégica; (vi) gestão de negócios em geral; (vii) acompanhamento e fiscalização de operações financeiras; (viii) proteção e defesa de direitos e interesses dos investidores em operações financeiras, na qualidade de interveniente fiduciário, administrador de receitas, agente fiscalizador e demais funções que tenham por objeto o mesmo fim; (ix) participação, direta ou indireta, na qualidade de sócia, quotista ou acionista, de quaisquer outras sociedades.

Equilíbrio econômico-financeiro

A Administração vem adotando diversas medidas para o restabelecimento de seu equilíbrio financeiro, econômico e patrimonial e para a recuperação da sua lucratividade. Tais medidas englobam desde a revisão do plano de negócio e até eventual suporte financeiro dos sócios, se necessário. Diante disso, a Administração preparou as demonstrações financeiras no pressuposto do sucesso dessas medidas e, conseqüentemente, continuidade das operações, e não incluem quaisquer ajustes e reclassificações de ativos e passivos.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Base de apresentação

As demonstrações financeiras são de responsabilidade da Administração e foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na NBC TG 1.000 – Contabilidade para pequenas e médias empresas, aprovada pela Resolução CFC nº 1.255/09.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 18 de março de 2026.

2.2 Bases de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, que, no caso de determinados ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos), é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos na data da transação.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
para o exercício findo em 31 de dezembro 2025
(Em Milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

A Administração da Sociedade definiu que sua moeda funcional é o Real e, com isto, as transações em moeda estrangeira, caso existentes, são convertidas pela taxa de câmbio nas datas das transações, sendo os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio nas datas dos balanços.

As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais (R\$). O Real é a moeda funcional e a principal moeda do ambiente econômico em que a Sociedade opera.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração efetue estimativa e adote premissas, no seu melhor julgamento, que afetam os montantes apresentados de ativos e passivos, assim como os valores das receitas, custos e despesas. Os valores reais podem diferir daqueles estimados.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

A seguir são apresentados os principais julgamentos e estimativas efetuadas pela Administração durante o processo de aplicação das políticas contábeis da Sociedade e que afetam os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

- i. Redução ao valor recuperável dos ativos: A Sociedade não identificou evidências, internas e externas, de perda por impairment de seus ativos.
- ii. Revisão da vida útil dos ativos imobilizados: A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.
- iii. Provisões: O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa dos desembolsos requeridos para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

2.5 Principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras

a) Caixa e equivalentes de caixa

Estão registrados pelo montante em caixa, depósitos bancários à vista e pelas aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que não estão sujeitas a risco de mudança relevante de valor, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data dos balanços, quando aplicável.

b) Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de produtos no curso normal das atividades da Sociedade. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos as perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa ("PECLD" ou impairment).

Notas explicativas às demonstrações financeiras
para o exercício findo em 31 de dezembro 2025
(Em Milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

c) Ativos financeiros

A Sociedade classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo através do resultado e mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. A Sociedade não possui ativos financeiros classificados como mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

d) Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Sociedade e suas controladas avaliam na data das demonstrações financeiras a existência de evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não seja recuperável.

Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou do grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.

e) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

O teste de perda por redução ao valor recuperável é feito anualmente (em 31 de dezembro) ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

f) Passivos financeiros

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado ou como empréstimos e financiamentos, conforme o caso. A Sociedade determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os Passivos financeiros da Sociedade incluem contas a pagar a fornecedores, debêntures e empréstimos e financiamentos.

Kanastra Consultoria Ltda.

CNPJ -52.360.854/0001-82

Notas explicativas às demonstrações financeiras
para o exercício findo em 31 de dezembro 2025
(Em Milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

g) Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo).

Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justa e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

h) Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legais ou presumidas) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são reconhecidas quando há riscos prováveis de perda nas ações judiciais e processos administrativos junto a tribunais e órgãos governamentais que envolvam questões tributárias, trabalhistas, cíveis ou outros assuntos em que a Sociedade figure como parte passiva.

i) Tributação

Tributos sobre a receita operacional

As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Nome do tributo	Sigla	Alíquotas
Contribuição para o programa de integração social	PIS	1,65%
Contribuição para o financiamento da seguridade social	COFINS	7,60%
Imposto sobre serviços	ISS	3,00%

Esses encargos são apresentados como deduções de receita bruta na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS e da COFINS são apresentados dedutivamente das despesas e receitas operacionais na demonstração do resultado.

Os débitos decorrentes das receitas financeiras e os créditos decorrentes das despesas financeiras estão apresentados dedutivamente nessas próprias linhas na demonstração do resultado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
para o exercício findo em 31 de dezembro 2025
(Em Milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Tributos sobre o lucro Impostos correntes

O imposto de renda e a contribuição social são calculados de acordo com as bases legais tributárias vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras. Conforme facultado pela legislação tributária, a Sociedade optou pelo regime do Lucro Real. Nesse regime, o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real anual.

O imposto corrente é reconhecido no resultado a menos que esteja relacionado a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

j) Outros ativos e passivos

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Sociedade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Sociedade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

k) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, e outras receitas diversas. Essas receitas de juros são reconhecidas no resultado. A Sociedade também possui receita com variação cambial, ao qual é contabilizada, também, diretamente no resultado.

As despesas financeiras abrangem despesas bancárias, despesas com juros sobre empréstimos e encargos financeiros sobre tributos. Essas despesas de juros são reconhecidas no resultado. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através dos juros efetivos.

l) Reconhecimento de receita operacional

De forma geral, para os negócios da Sociedade, as receitas são reconhecidas quando uma obrigação de performance for satisfeita, pelo valor que se espera receber em troca das mercadorias e serviços transferidos, o qual deve ser alocado a essa obrigação de desempenho. A Sociedade reconhece a receita somente quando é provável que receberá a contraprestação em troca dos serviços transferidos, considerando a capacidade e a intenção do cliente de cumprir a obrigação de pagamento.

A receita é mensurada com base na contraprestação que a Sociedade espera receber em um contrato com o cliente e exclui valores cobrados em nome de terceiros. A Sociedade reconhece receitas quando transfere o controle do produto ou serviço ao cliente.

Kanastra Consultoria Ltda.

CNPJ -52.360.854/0001-82

Notas explicativas às demonstrações financeiras
para o exercício findo em 31 de dezembro 2025
(Em Milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

As deduções de vendas incluem os impostos incidentes sobre o faturamento (ISS, PIS e COFINS).

3 Gerenciamento de Riscos

No curso normal de suas operações, a Sociedade está exposta a riscos de mercado - taxa de juros e cambial, além do risco de liquidez. A Diretoria determina as estratégias a serem adotadas a cada circunstância e riscos inerentes.

a) Fatores de risco financeiro

i. Risco de Crédito

A política de vendas da Sociedade está subordinada às políticas de crédito fixadas por sua Administração e visa minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Esse objetivo é alcançado pela Administração por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito).

ii. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Sociedade irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A responsabilidade pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Diretoria Financeira, que elabora um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

iii. Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

Este risco decorre da possibilidade de a Sociedade vir a incorrer em perdas por conta das flutuações nas taxas de juros. A exposição da Sociedade ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações com partes relacionadas.

A Sociedade também está exposta ao risco de variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, uma vez que possui aplicações financeiras com taxas de juros pós-fixadas.

4 Caixa e Equivalentes de Caixa

	2025	2024
Bancos	71	40
Aplicações financeiras	530	279
Total	601	319

As aplicações financeiras são representadas por aplicação de CDB no Banco Bradesco e Itaú, remunerada à taxa de 96,5% do CDB (97% do CDB em 2024).

Conforme mencionado nas principais práticas contábeis, por não haver restrições ao resgate antecipado dos valores aplicados, as aplicações foram consideradas equivalentes de caixa, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Kanastra Consultoria Ltda.

CNPJ -52.360.854/0001-82

Notas explicativas às demonstrações financeiras
para o exercício findo em 31 de dezembro 2025
(Em Milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

5 Impostos a recuperar

	2025	2024
IRPJ e IRRF sobre aplicações financeiras	19	2
CSLL e CSRF sobre serviços prestados	7	1
Total	26	3

Decorrem de antecipações realizadas no exercício em função do sistema de recolhimentos com base estimada, previsto na apuração dos impostos no regime de Lucro Real, bem como de impostos retidos no recebimento dos serviços prestados, e que serão compensados na apuração do Lucro Real anual.

6 Obrigações trabalhistas e previdenciárias

	2025	2024
Impostos e contribuições sobre salários	83	45
Salários, férias, e encargos trabalhistas	210	80
Total	293	125

7 Capital social

A Empresa possui capital social subscrito em moeda corrente nacional de R\$ 1.810 dividido em 1.810.000 (um milhão, oitocentas e dez mil) quotas, no valor nominal de R\$1,00 (um real) cada uma (em 2024, R\$ 210 dividido em 210.000.000 quotas). A distribuição das quotas do capital está demonstrada a seguir:

	%	2025		2024	
		Quotas	Valor	Quotas	Valor
KANASTRA HOLDING S.A.	100	1.810.000	1.810	210.000	210
Total	100	1.810.000	1.810	210.000	210

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 o capital social foi aumentado em R\$ 1.600, totalizando o valor de R\$ 1.810. O último aumento ocorreu por meio da 9ª Alteração do Contrato Social datada de 13 de novembro de 2025.

8 Receita líquida

	2025	2024
Serviços prestados	855	154
PIS	(14)	(3)
COFINS	(65)	(12)
ISS	(26)	(4)
Total	750	135

Kanastra Consultoria Ltda.

CNPJ -52.360.854/0001-82

Notas explicativas às demonstrações financeiras
para o exercício findo em 31 de dezembro 2025
(Em Milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

9 Despesas com pessoal

	2025	2024
Salários e ordenados	(1.133)	(282)
Encargos	(398)	(10)
Benefícios	(322)	(42)
Total	(1.853)	(426)

10 Eventos subsequentes

Em conformidade com as normas contábeis aplicáveis, a administração avaliou eventos subsequentes ao encerramento do exercício social que poderiam impactar as demonstrações financeiras.

Até a data de aprovação destas demonstrações financeiras, não foram identificados eventos subsequentes relevantes que exigissem ajustes ou divulgações adicionais.

DIRETORIA EXECUTIVA

CONTADOR:

Ana Paula Salvador de Aguiar da Costa
CRC nº 1SP 228.935/O-8